

## Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

[Início](#) [Ações 1º Grau](#) [Ações 2º Grau](#) [Parecer](#) [Citações](#) [Intimações](#) [Audiências](#) [Sessões 2º Grau](#) [Buscas](#) [Estatísticas](#) [Outros](#)

**Operação realizada com sucesso. Protocolo:**  
**3090718920210531174934**

**Processo 0813964-83.2020.8.23.0010** ☆ -  
**(367 dia(s) em tramitação)**

**Classe Processual:** 7 - Procedimento Ordinário

**Assunto Principal:** 9597 - Seguro

**Nível de Sigilo:** Público

### Pendências

**Intimações não lidas:** Ver Intimação

#### Informações Gerais

**Vínculos (0)**

#### Informações Adicionais

#### Partes

#### Movimentações

#### Apensamentos (0)

#### Realces

**Realçar  
Movimentos  
de:**

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro  
MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

**Ocultar  
Movimentos:**

☐ Inválidos

☐ Sem  
Arquivo

☐ Hab.  
Provisória

#### Filtros

**Movimentado Por:**

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

**Sequencial(Intervalo):**  ao

**Data do Movimento(Período):**  à

**Descrição:**

101 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 101

500 por pág. ▾

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	101	31/05/2021 17:49:34	<b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</b>
			JOÃO ALVES BARBOS <b>Procurador</b>
	101.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2726294IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf
			Público
		<b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b>	
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 98) JUNTADA DE LAUDO (25/05/2021)	Arielly Né de Almeida <b>Analista Judiciária</b>
		<b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b>	
		Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao	Arielly Né de Almeida <b>Analista Judiciária</b>



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08139648320208230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 3.375,00 (TRÊS MIL E TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)**.

#### BANCO DO BRASIL

##### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 11/02/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 3.375,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00653

CONTA: 000000137730-5

Nr. da Autenticação 0967C02C14539DFA

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Segmento Anatômico  
1ª Lesão

Marque aqui o percentual

*Traumatismo crânio encefálico*



10% Residual



25% Leve



50% Média



75% Intensa

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 27 de maio de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**